



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

535

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0050518-02.2007.8.17.0001 (0263703-0)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: RONALDO PEREIRA DA SILVA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

EMENTA: PENAL. LATROCÍNIO. MATERIALIDADE E AUTORIA CONFIGURADAS. DOSIMETRIA RREGULAR. NÃO PROVIMENTO. UNANIMIDADE.

1. A autoria e a materialidade delitiva se afiguram inequívocas, sendo certo que o apelante praticou a conduta típica que lhe foi imputada.
2. A dosimetria da pena foi realizada pelo Exmo. Magistrado *a quo* de forma irretocável.
3. Não Provimento.
4. Unanimidade.

ACÓRDÃO

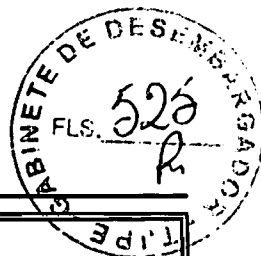
Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0050518-02.2007.8.17.0001 (0263703-0), em que figura como apelante RONALDO PEREIRA DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 22 de 03 de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0050518-02.2007.8.17.0001 (0263703-0)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: RONALDO PEREIRA DA SILVA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **RONALDO PEREIRA DA SILVA** em face da sentença condenatória proferida pelo Juízo de Direito da Terceira Vara Criminal da Capital.

O Ministério Público do Estado de Pernambuco ofereceu denúncia contra o apelante, acusando-o da prática do fato delituoso narrado nos seguintes termos: *"No dia 29 de junho de 2007, pela madrugada, no interior do imóvel localizado na Rua Taguatinga, nº 94, Beberibe, nesta cidade, o denunciado Ronaldo Pereira da Silva ceifou a vida da Sra. Abigail da Silva, de 71 anos de idade, com facadas e cortes de gargalos de garrafa, conforme perícia tanatoscópica (...), no intuito de roubar a renda do Bar 'Suburbano Coração' de propriedade da vítima, tendo em seguida subtraído a importância de R\$ 230,00, uma garrafa de Whisky e as chaves da casa e do bar da vítima, o que foi posteriormente encontrado na residência do denunciado, (...) o denunciado, naquele dia, esteve no salão de beleza que se localizava nos fundos da casa da vítima, que era de propriedade do Sr. Alexandre, filho da mesma, com quem o denunciado já manteve relacionamento amoroso. Naquele dia o denunciado procedeu alisamento no cabelo, tendo saído de lá por volta das 18:00 horas, e*

EG Página 1

retornando pela madrugada ao bar da vítima e lá bebido com alguns amigos, sendo posteriormente avistado sentado na frente da residência da mesma momentos antes do crime".



Segundo o *Parquet*, o denunciado matou a vítima de surpresa, no momento em que ela se encontrava sozinha, de forma que tornou impossível sua defesa, incorrendo nas sanções do artigo 157, § 3º do CPB c/c artigo 1º, incisos I e II, da Lei Nº 8072/90.

A denúncia foi recebida pelo despacho de folha 66.

O apelante não foi localizado para ser citado (fl. 71), razão pela qual o Juízo *a quo* decidiu citá-lo por edital (fls. 91/92), ocasião em que foi decretada a prisão processual. O acusado não atendeu ao chamamento editalício (fl. 101), pelo que foi decretada a suspensão do processo e do curso da prescrição, decidindo ainda o Juízo Monocrático pela produção antecipada de provas, nos termos do artigo 366 do CPP (folha 112).

Foram inquiridas as testemunhas do rol da Promotoria (folhas 163/170, 239/240, 285/286).

Efetuada a prisão do acusado no Estado do Rio de Janeiro (folhas 267), o Exmo. Magistrado *a quo* ordenou o recambiamento e a intimação para oferecimento da resposta escrita à acusação ministerial (folha 273).

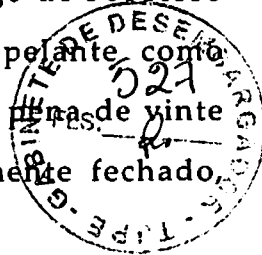
O acusado foi intimado e ofereceu resposta à acusação pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Fls. 305 e 309).

Realizada audiência de interrogatório (folhas 359/360).

Nada foi requerido na fase de que trata o artigo 402 do CPP.

As partes ofereceram alegações finais (folhas 373/379 e 384/387).

O juízo *a quo*, com fulcro no art. 387 do Código de Processo Penal, julgou procedente a denúncia para condenar o apelante como infrator do artigo 157, §3º, do Código Penal, cominando-lhe penas de vinte e cinco anos e oito meses de reclusão em regime inicialmente fechado, cumulada com trinta dias multa (fls. 388/392).



O apelante, que se encontrava preso cautelarmente no estado do Rio de Janeiro, e foi recambiado para esta capital (fls. 402/403), onde foi intimado da sentença e manifestou seu desejo de apelar (fls. 435/436).

Após a distribuição do feito nesta instância jurisdicional, o apelante apresentou as razões da insurgência, onde argumenta que o conjunto probatório não justifica sua condenação (fls. 503/506).

O Órgão Ministerial, nas contrarrazões, por entender que o *decisum* impugnado não apresenta erros que autorizem sua modificação e que a prova dos autos justifica a condenação do apelante, pugna pelo não provimento do presente recurso (fls. 511/517).

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer (fls. 521/523), também argumentando que as alegações da defesa são inconsistentes, opina pelo não provimento do apelo.

É o relatório.

À douta revisão

Recife, 01 de novembro de 2012


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



536

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0050518-02.2007.8.17.0001 (0263703-0)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: RONALDO PEREIRA DA SILVA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

VOTO

Conforme relatado, através da presente apelação criminal interposta por **RONALDO PEREIRA DA SILVA** requer a modificação da sentença proferida pelo Juízo de Direito da Terceira Vara Criminal da Capital, ao argumento de que o conjunto probatório não justifica sua condenação.

A materialidade delitiva restou devidamente comprovada em face da perícia tanatoscópica (folhas 75/80); das perícias em indumentas (folhas 81/89 e 104/110); e do exame em local do delito (folhas 207/230).

No que pertine à autoria delitiva, existem elementos probatórios que levam à conclusão de que o apelante foi o autor do crime em comento, pois além dele ter se evadido da comunidade no dia subsequente ao do fato, a *res furtiva* e roupas sujas de sangue foram encontradas em sua residência.

O próprio apelante, como ressaltou o Exmo. Magistrado *a quo*, não negou haver praticado o crime que lhe foi imputado, pois em seu depoimento ele afirmou que não se recordava dos fatos em razão da sua embriaguês, *in verbis*:

" (...) que não se recorda o que aconteceu na data dos fatos; que não se recorda dos fatos porque ingeriu muita bebida alcoólica na data dos fatos; que conhecia a senhora Abigail Pereira da Silva desde pequeno pois sua avó frequentava a casa da senhora Abigail; que conhece as testemunhas arroladas na denúncia; que não tem nada contra as testemunhas da denúncia; ... que só recorda que saiu de casa e bebeu bastante em um bar; que o bar onde bebeu não consiste no bar Suburbano Coração; que não lembra se esteve no bar mencionado na denúncia na data dos fatos; que não esteve no salão de beleza do filho da dona Abigail na data dos fatos; que não fez um alisamento de cabelo no dia do crime (...)"

537

Segundo a testemunha Adilson Barbosa Ferraz (folha 163/164):

"Ronaldo não estava em casa, mas foi encontrado na casa dele as chaves da casa da vítima, as chaves do bar, roupas de Ronaldo sujas de sangue e um litro de wisk lacrado Teachers, que o depoente havia dado falta em seu bar; que após isso ninguém mais encontrou o acusado; ... que não sabe quando terminou o relacionamento homossexual entre Ronaldo e Alexandre; que o desentendimento que houve entre Ronaldo e Alexandre foi porque este expulsou Ronaldo do seu apartamento, alegando que ele era muito libertino e mexia em tudo dentro da casa sem autorização"...que foi subtraído da casa da vítima o dinheiro, cerca de R\$ 250,00, e a garrafa de wisk; que soube que no dia do fato Ronaldo bebeu em um bar próximo, o de Eduardo e que ele teria saído de lá por volta das 02:30 horas; que não tem certeza se Ronaldo estava só ou acompanhado no bar de Eduardo".

A testemunha Fernanda Fabiana da Silva Guimarães, em juízo, afirmou o seguinte (fl. 165):

"(...) que é esposa da testemunha Adilson e conheceu o acusado por ele frequentava o salão de beleza de Alexandre; que após o fato ouviu falar que Ronaldo e Alexandre tinham um relacionamento homossexual; que não viu o acusado no dia do fato, mas soube que ele esteve no salão de beleza de Alexandre; que o salão ficava por trás da casa da vítima; que o acusado tinha liberdade de entrar na casa da vítima, às vezes até sem a companhia do Alexandre; que Ronaldo costumava almoçar, jantar e às vezes aguardar Alexandre na casa da vítima; que um vizinho, chamado Rui, viu um homem saindo da casa da vítima na madrugada do fato; que a depoente sabe que esse homem era o acusado porque a polícia foi na casa dele e encontrou pertences da vítima como as chaves da casa e do bar, uma garrafa que se usava como mialheiro e uma garrafa de wisk; que o dinheiro não foi encontrado, nem mesmo o que estava dentro da garrafa; que o acusado não foi mais encontrado até a presente data; que o acusado morava com a mãe, mas também ela se mudou; que foi até a casa da vítima, após o fato e encontrou o portão, a grade, tudo sem estar trancado; que a casa estava toda revirada e com marcas de sangue pelas paredes, pelo chão e em um colchão no quarto; que o Seu Rui disse que ouviu gritaria e

barulho de quebradeira; que via a porta da cozinha arrombada; que a vítima estava caída no banheiro, despida e junto ao corpo tinha garrafas quebradas e facas de serra de cozinha, umas três facas; que todas as três facas estavam quebradas e sujas de sangue"... "que ouviu dizer de um irmão do acusado de que ele havia roubado o próprio padrasto"

O depoimento da testemunha Rui Viana Fontenele também fornece importantes indícios de que o apelante foi o autor do crime: 538

"que morava no mesmo lado da rua que a vítima, no nº 122, que fica uma casa após; que por volta das 02:50 horas, recebeu um telefonema da vizinha Crizeuda, que dizia que a casa da vítima estava sendo assaltada por uma quadrilha; que dizia ela que ouvia muitas vozes e quebra-quebra e gritos; que o depoente ligou para a polícia e foi para o lado de fora da casa esperar a viatura; que viu um rapaz saindo do bar que fica na frente da casa da vítima e ele olhava para a rua para ver se tinha alguém; que não pode reconhecer aquela pessoa, mas mandou que ela parasse e indagou dela o que estava acontecendo; que aquele rapaz disse que estava tudo bem, que Dona Abigail estava dormindo e que ele estava ali a pedido de Adilson e citou ainda o nome de outras pessoas da família, como a esposa de Adilson, o cunhado e o irmão; que o depoente disse que havia chamado a polícia e que ele voltasse para a casa da vítima e assim aquele rapaz fez; que ficou observando e cerca de 15 minutos depois viu o mesmo rapaz saindo do bar e agora ele trazia uma sacola nas mãos que parecia pesada; que não viu mais ninguém; que foi até a casa da vítima junto com Adilson e a esposa dele; que os portões e a porta da casa estavam abertos e havia muito sangue e a vítima estava caída no banheiro, já sem vida; que encontrou a ponta de uma faca na sala e o cabo da faca na porta do banheiro; que havia próximo do corpo pedaços de garrafa de bebida; que posteriormente soube por Adilson que dentro da bolsa que foi vista sendo levada estavam os molhos de chave da casa da vítima e do salão de beleza de Alexandre, além de uma garrafa de wisk e uma garrafa plástica que se usava para guardar moeda; que o whisk e as chaves foram encontradas na casa de Ronaldo com a mãe dele; que conhecia o Ronaldo de vista; que já viu o Ronaldo sentado no bar, também no salão de beleza e também dentro da casa de Dona Abigail; que não viu o Ronaldo na noite do fato; que a pessoa que viu saindo da casa da vítima tinha o tipo físico de Ronaldo; que não conhecia a voz de Ronaldo; que a voz do rapaz que lhe falou parecia trêmula; que só associou o tipo físico do rapaz que viu saindo da casa da vítima à pessoa de Ronaldo após ser encontrado os pertences da vítima na casa dele; que não tem notícia do paradeiro de Ronaldo; que veio saber após o fato que Alexandre e Ronaldo tinham um relacionamento homossexual; que conhecia Ronaldo pelo apelido de "Boca"... "que lembra da pessoa que viu sair da casa da vítima, mas não pode ver o rosto em razão da fumaça e da chuva; que era dia de São Pedro e havia fogueiras na área".

O filho da vítima, o Sr. Alexandre Barbosa Ferraz, prestou o seguinte depoimento (folha 167):

"(...) que não presenciou os fatos; que tem um salão de beleza atrás da casa da vítima; que no dia do fato Ronaldo esteve em seu salão por volta das 16:00 horas; que deixou o salão antes das 18:00 horas; que o Ronaldo foi só ao salão; que não viu o Ronaldo no bar da casa da sua mãe no dia do fato;

que anos atrás havia tido um relacionamento homossexual com o Ronaldo, mas decidiu afastar-se dele quando viu um boato de que ele queria lhe sequestrar e também porque soube que Ronaldo começou a se envolver com drogas e roubo; ...que acredita que a sua mãe não receberia Ronaldo se ele chegasse sozinho; ...que deu falta na casa da sua mãe, das chaves e também das chaves do salão que o depoente costumava guardar num prego na casa da vítima, além de uma garrafa de wisk e o dinheiro do bar; que nada foi roubado do salão; que a porta da cozinha foi arrombada na parte de baixo e se usou para isso uma ferramenta tipo um cavador; que o cavador era da casa e ficava no quintal; que foram encontradas dentro da casa facas do bar e garrafas quebradas; **que a polícia encontrou no estabelecimento comercial da mãe do acusado as chaves da casa da vítima, do salão de beleza do depoente, roupas do Ronaldo sujas de sangue e também a garrafa de wisk;** que não foi encontrado o dinheiro subtraído; que sabe que a mãe do Ronaldo foi encontrada e prestou depoimento na delegacia, mas não sabe o que disse ela; **que o Ronaldo sumiu e uns dizem que ele tem família em Galbú e outros dizem que ele está no Rio de Janeiro". ..."que a bermuda apreendida suja de sangue o depoente já havia visto Ronaldo vestido com ela; que meses antes havia colocado o acusado para fora da casa do depoente porque ele era inconveniente; que não sabe onde mora a mãe do Ronaldo hoje; que viu após o fato a mãe de Ronaldo com um comércio de verduras em um ponto fixo no Alto da Bondade; que o nome do ponto é irmão Joel, que é o padrasto de Ronaldo; que era próximo ao terminal do Alto da Bondade".**

539

Conforme o depoimento da testemunha Eduardo de Paiva Leitão, no dia do fato, o apelante vestia a mesma bermuda que foi encontrada suja de sangue em sua residência após o crime, cuja foto se encontra nos autos à folha 89, *in verbis* (fl. 240):

"que não sabe dizer com o que Ronaldo trabalhava" (...) "que morava na mesma rua que a vítima; que lembra que na madrugada do fato a testemunha Jório estava bebendo no bar de propriedade do depoente; que o Ronaldo "Boca" estava bebendo na mesma mesa que a testemunha Jório e outras pessoas; que por volta das 02:30 quase 03:00 horas o Ronaldo, Jório e os demais foram embora; que viu que o Ronaldo tomou o rumo Dois Unidos ou Linha do Tiro, em razão de ser uma bifurcação e esse é o mesmo sentido da casa da vítima; que viu Ronaldo seguir sozinho; **que o Ronaldo estava usando uma bermuda verde, manchada, tipo do exército; que pelo que lembra o Ronaldo estava usando uma camisa de cor escura e tem certeza que não era uma camisa de cor clara; que a bermuda que Ronaldo estava usando era uma semelhante a que se vê nas fotos de fls. 89;** que vez por outra ia no bar de Dona Abigail para comprar janta; que atrás da casa da vítima funciona o salão de beleza de Alexandre, mas o depoente não costumava frequentá-lo; que Ronaldo ia muito no salão de beleza de Alexandre e na casa da vítima; que não sabe dizer se Alexandre e Ronaldo tinham um relacionamento homossexual, sabendo que tinham uma amizade muito grande; que nunca ouviu falar em briga ou inimizades entre o acusado e a vítima; que não sabe se Ronaldo costumava dormir na casa de Dona Abigail ou no salão de beleza, sabendo apenas que ele vivia muito lá; que ouviu em reportagem e por comentários de que Ronaldo teria sido o autor do fato; que não ouviu falar como Ronaldo teria tido acesso a casa da vítima no dia do fato; que o bar de Dona Abigail fechava cedo, no máximo 00:00 ou 01:00 hora; que pelo que sabe a vítima morava só; que Alexandre não morava com a vítima; que não conversou com os filhos da vítima após

os fatos; que Edilson filho da vítima disse que coisas foram furtadas da casa da vítima, sem dizer o que; que ouviu falar que bens subtraídos da casa da vítima foram encontrados na casa do acusado, não sabendo dizer o que (...)"

A genitora do apelante, a Sra. Maria Bernadete da Silva, confirmou que os objetos roubados foram encontrados pela Polícia em sua residência, onde também morava o apelante, e ainda afirmou que este último "desapareceu" no dia seguinte ao do fato (fl. 285):

"que quando o fato aconteceu o acusado desapareceu e a depoente ficou sem notícia dele; que no dia seguinte ao do fato de que trata a denúncia o acusado saiu de casa com uma roupa no corpo e uma pasta; que a polícia encontrou na residência dela depoente, onde também morava o acusado, um molho de chaves e uma garrafa de bebida; que conhecia a vítima; que não tem certeza se o acusado tinha um relacionamento com um dos filhos da vítima, mas sabe que o acusado se dava com Alexandre, o cabeleireiro; que não sabe do envolvimento do acusado em outros problemas; que é verdade que declarou que o acusado endoidava quando bebia e ficava muito alterado; que o acusado já passou tempo no Cotel e no Aníbal Bruno; que o acusado saiu com uma camisa branca e de noite colocou uma camisa preta, permanecendo com a mesma bermuda; que o policial do Alto do Pascoal achou dentro da gaveta do guarda-roupa do quarto do acusado um molho de chaves e uma garrafa de bebida em cima do penteador; que os policiais levaram e disseram que as chaves eram de lá; que, de fato, manteve contato telefônico com o acusado e ele ficou indignado quando soube que a depoente tinha deixado os policiais entrarem na residência e nunca mais falou com o acusado; que o acusado trabalhava com moto-táxi na época dos fatos de que trata a denúncia; que ao chegar em casa, à noite, encontrou o acusado bebendo vinho e ouvindo som alto; que repreendeu o acusado, pois a depoente e o padrasto do acusado são evangélicos; que o acusado disse que ia sair e a depoente pediu que ele não saísse, pois estava queimado; que o acusado disse que estava bem e saiu por volta das sete e meia ou oito horas da noite; que o acusado quase era atropelado quando saiu de casa; que o acusado só apareceu pelas oito horas da manhã do dia seguinte; que o pessoal falava que o acusado maconha, mas ela depoente não sabe porque nunca viu; que o acusado chegou a dizer a depoente que não tinha feito aquilo; que a depoente disse ao acusado que ele tinha acabado com a vida dela depoente, pedindo para que o acusado voltasse para casa; que o acusado disse que não voltaria".

Diante dos elementos acima citados, tenho como irretocável a sentença ora vergastada no que tange à autoria delitiva.

A dosimetria da pena não foi objeto da insurgência defensiva, entretanto, percebo que o cálculo da reprimenda foi realizado pelo Exmo. Magistrado *a quo* de forma irretocável, com se observa do excerto da sentença atinente ao tema:

"(...) FIXAÇÃO DA PENA BASE - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS
A culpabilidade, enquanto juízo sobre intensidade do dolo, e as
circunstâncias do crime demonstraram a extrema reprovabilidade da

conduta, considerando o modo com que foi morta a vítima, surpreendida no repouso do seu lar e agredida fatalmente com facadas e pedaços de garrafa, o que demonstra clara frieza.

Não há notícia de antecedentes criminais (folhas 67 e 72), assim consideradas as condenações com trânsito em julgado, em respeito ao princípio constitucional do estado de inocência (Súmula Nº 444 do STJ). *541*
Não se colheu nada de relevante a respeito da conduta social.

A personalidade se mostra insensível, considerando, conforme acima analisado, a frieza de comportamento do réu ao executar o delito.

O motivo do crime é a vantagem econômica, inerente ao próprio delito contra o patrimônio, não aproveitando ao agente.

Das consequências da infração ressalta-se a perda da vida da vítima, inerente ao próprio tipo penal, sendo claro que houve perda patrimonial.

O comportamento da vítima evidentemente não contribuiu para a consumação do crime.

Nos termos do artigo 59 do CPB, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias, às consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, fixo a pena-base em VINTE E DOIS ANOS DE RECLUSÃO.

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES, AGRAVANTES E CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA (artigo 68 do CPB)

O crime foi praticado contra idosa, pelo que elevo a pena em um sexto, para VINTE E CINCO ANOS E OITO MESES DE RECLUSÃO. Não há atenuantes que modifiquem a pena-base e, à míngua de causas de aumento e diminuição, fixo em **VINTE E CINCO ANOS E OITO MESES DE RECLUSÃO DE RECLUSÃO** como pena definitiva, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei Nº 8.072/90, com as alterações trazidas pela Lei Nº 11.464/2007, em local e forma que devem ser estabelecidos pelo Juízo da execução da pena. (...)."

Pelo exposto, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo não provimento da presente apelação criminal.

É como voto.

Recife, 22 de *maio* de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



542

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0050518-02.2007.8.17.0001 (0263703-0)

COMARCA: RECIFE

APELANTE: RONALDO PEREIRA DA SILVA.

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

REVISOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE.

VOTO DE REVISÃO:

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Ronaldo Pereira da Silva contra a sentença de fls. 388/392, que o condenou a pena definitiva de 25 (vinte e cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, pela prática do delito previsto no artigo 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal Brasileiro.

A defesa apresentou razões recursais às fls. 503/506, requerendo a absolvição do apelante ao argumento de que não há provas suficientes para embasar sua condenação.

O representante Ministerial apresentou contrarrazões às fls. 511/518, rebatendo os argumentos da defesa e pugnando pelo improvimento do presente recurso.

A Procuradora de Justiça, Marilea de Souza Correia Andrade, ofertou parecer às fls. 521/523, opinando pelo improvimento do apelo.

Pois bem:

Narra a denúncia que no dia 29 de junho de 2007, o acusado Ronaldo Pereira da Silva entrou na residência da Sra. Abigail da Silva, 71 anos de idade, localizado na Rua Taquatinga, nº 94, Beberibe, na cidade de Recife, tirando-lhe a vida mediante facadas e cortes com gargalos de garrafa, segundo perícia tanatoscópica de fls. 75/80, com a intenção de roubar a renda do Bar

M



543

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Suburbano Coração de propriedade da vítima. Constatou-se a subtração da quantia de R\$230,00 (duzentos e trinta e reais), uma garrafa de Whisky e as chaves da casa e do bar da vítima, tendo todos os objetos descritos sido encontrados na residência do recorrente

Examino:

A materialidade delitiva é incontroversa, encontrando-se comprovada através da perícia tanatoscópica às fls. 75/80 e do Laudo Pericial às fls. 207/230.

Não merece acolhida a alegação de que não há prova nos autos que incriminem o apelante. O próprio apelante não negou ter praticado o crime já que o mesmo afirmou em Juízo que não se lembrava dos fatos em razão de sua embriaguês. Senão vejamos.

" que não se recorda o que aconteceu na data dos fatos; que conhecia a senhora Abigail Pereira da Silva desde pequeno pois sua avó freqüentava a casa da senhora Abigail; que o interrogado também freqüentava a casa da senhora Abigail; que conhece as testemunhas arroladas na denúncia; que não tem nada contra as testemunhas da denuncia(..); que só recorda que saiu de casa e bebeu bastante em um bar; que o bar onde bebeu não consiste no bar Suburbano Coração; que não lembra se esteve no bar mencionado na denúncia na data dos fatos(...)" (fls. 359/360)

A testemunha Adilson Barbosa Ferra, filho da vítima, contou em Juízo que foi encontrado na residência do apelante parte da res furtiva:

"(...)que a sua mãe morava só e na noite do fato não havia mais ninguém com ela na casa; que após o fato veio a saber pelo Seu Rui, que morava uma casa após a casa da vítima, no mesmo lado da rua, que ele disse ter visto um homem saindo da casa da vítima por volta das 03:00 horas e tinha ele uma sacola que parecia pesada nas mãos (...) que o Seu Rui e também os demais vizinhos ouviram gritos e pedidos de socorro e barulho de quebradeira dentro da casa da vítima naquela noite; que Seu Rui e uma vizinha chamaram a polícia; que foi até a casa de sua mãe junto com Seu Rui e sua esposa e Lá encontrou o portão do bar apenas encostado e assim também a grade e a porta da frente da casa; que esses portões e a grade normalmente ficavam fechados com cadeado; que encontrou a casa toda revirada e toda suja de sangue e a sua mãe caída no banheiro; que a porta da cozinha estava arrombada na parte de baixo; que percebeu que a porta foi arrombada com um cavador que já pertencia a casa; que próximo ao corpo havia uma faca



544

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

quebrada e garrafas de cerveja quebradas; que a faca também era da casa da sua mãe; que o seu irmão Alexandre disse que tinha tido uma discussão com o Ronaldo dias antes e a polícia foi até a casa do Ronaldo; que pelo que sabe Ronaldo não estava em casa, mas foi encontrado na casa dele as chaves da casa da vítima, as chaves do bar, roupas de Ronaldo sujas de sangue e um litro de wisk lacrado Teachers, que o depoente havia dado falta em seu bar; que após isso ninguém mais encontrou o acusado(...) (fls. 163/164).

A testemunha Fernanda Fabiana da Silva Guimarães asseverou em Juízo:

"que é esposa da testemunha Adilson e conheceu o acusado porque ele freqüentava o salão de beleza de Alexandre ; que após o fato ouviu falar que Ronaldo e Alexandre tinham um relacionamento homossexual(...) que um vizinho, chamado Rui, viu um homem saindo da casa da vítima na madrugada do fato; **que a depoente sabe que esse homem era o acusado porque a polícia foi na casa dele e encontrou pertences da vítima como as chaves da casa e do bar, uma garrafa que se usava como mialheiro e uma garrafa de wisk; que o dinheiro não foi encontrado, nem mesmo o que estava dentro da garrafa; que o acusado não foi mais encontrado até a presente data(...)"**

A testemunha Eduardo de Paiva Leitão contou em Juízo que o recorrente vestia, na noite do crime, a mesma bermuda que foi encontrada pela polícia suja de sangue em sua residência logo após o crime. Vejamos:

"que morava na mesma rua que a vítima; que lembra que na madrugada do fato a testemunha Jório estava bebendo no bar de propriedade do depoente; que o Ronaldo "Boca" estava bebendo na mesma mesa que a testemunha Jório e outras pessoas; que por volta das 02:30 quase 03:00 horas o Ronaldo, Jório e os demais foram embora; que viu que o Ronaldo tomou o rumo Dois Unidos ou Linha do Tiro, em razão de ser uma bifurcação e esse é o mesmo sentido da casa da vítima; que viu Ronaldo seguir sozinho; que o Ronaldo estava usando uma bermuda verde, manchada, tipo do exercito; que pelo que lembra o Ronaldo estava usando uma camisa de cor escura e tem certeza que não era camisa de cor clara; que a bermuda que Ronaldo estava usando era uma semelhante a que se vê nas fotos de fls. 89(...)"

M



545

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A mãe do apelante, Sra. Maria Bernadete da Silva afirmou em Juízo que logo após o crime o apelante desapareceu, além disso confirmou que foram encontrados em sua residência os objetos roubados na casa da vítima:

"que quando o fato aconteceu o acusado desapareceu e a depoente ficou sem notícia dele; que no dia seguinte ao do fato de que trata a denúncia o acusado saiu de casa com uma roupa no corpo e uma pasta; que a polícia encontrou na residência dela depoente, onde também morava o acusado, um moinho de chaves e uma garrafa de bebida (...) que é verdade que declarou que o acusado endoidava quando bebia e ficava muito alterado; que o acusado já passou tempo no Cotel e no Aníbal Bruno; que o acusado saiu com uma camisa branca e de noite colocou uma camisa preta, permanecendo com a mesma bermuda; que o policial do Alto do Pascoal achou dentro da gaveta do guarda-roupa do quarto do acusado um moinho de chaves e uma garrafa de bebida em cima do penteador; que os policiais levaram e disseram que as chaves eram de lá; que, de fato, manteve contato telefônico com o acusado e ele ficou indignado quando soube que a depoente tinha deixado os policiais entrarem na residência e nunca mais falou com o acusado" (fls. 285/286).

Assim, analisando os depoimentos das testemunhas acima, verifica-se que o Juiz singular agiu corretamente ao condenar o apelante pelo crime de latrocínio, posto que não resta dúvida, de que o mesmo foi o autor da investida que resultou na morte da vítima Abigail.

No tocante à reprimenda aplicada, verifico que a mesma foi justa e fixada de acordo com os ditames do Código Penal Brasileiro.

A pena-base foi fixada um pouco acima do mínimo legal (22 anos de reclusão), tendo em vista o exame minucioso das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, onde preponderaram desfavoráveis as circunstâncias da culpabilidade, personalidade do agente e circunstâncias do crime.

Na seqüência, aplicando o sistema trifásico preconizado no art. 68 do CP, o juiz *a quo* aumentou a pena em 1/6 (um sexto) em razão do crime ter sido praticado contra idosa tornando a pena definitiva em 25 (vinte e cinco) anos e 08(oito) meses de reclusão e 30(trinta) dias-multa.



546

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Posto isto, em conformidade com a douta Procuradoria de Justiça, meu voto é negando provimento ao presente recurso de apelação, mantendo-se íntegra a decisão recorrida. É como voto.

Recife, 22 de *março* de 2013.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Revisor

M